

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021):

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, MATERIAIS GRANULARES, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS/SANITÁRIOS, ESQUADRIAS VIDROS/ACESSÓRIOS, FERRAMENTAS MANUAIS, EQUIPAMENTOS DE PEQUENO PORTE E MADEIRAS EM GERAL, COM BASE NA TABELA DE CUSTOS DO SINAPI (NÃO DESONERADO), VIGENTE PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	VALOR TOTAL MAXIMO ESTIMADO	DESCONTO MÍNIMO ACEITÁVEL
1	Fornecimento de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL , com base na Tabela SINAPI vigente para o estado de Santa Catarina.	UN	R\$ 2.235.000,00	31%
2	Fornecimento de MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL , com base na Tabela SINAPI vigente para o estado de Santa Catarina	UN	R\$ 657.000,00	38%
3	Fornecimento de MATERIAIS HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS , com base na Tabela SINAPI vigente para o estado de Santa Catarina	UN	R\$ 428.000,00	35%
4	Fornecimento de ESQUADRIAS, VIDROS E ACESSÓRIOS, MADEIRAS EM GERAL com base na Tabela SINAPI vigente para o estado de Santa Catarina	UN	R\$ 475.500,00	14%
5	Fornecimento de MADEIRAS EM GERAL , com base na Tabela SINAPI vigente para o estado de Santa Catarina	UN	R\$ 1.634.700,00	20%
6	Fornecimento de FERRAMENTAS MANUAIS E EQUIPAMENTOS DE PEQUENO PORTE com base na Tabela SINAPI vigente para o estado de Santa Catarina	UN	R\$ 518.000,00	26%

1.2. O valor total estimado da aquisição é de **R\$ 5.948.200,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil e duzentos reais)** para o objeto.

1.2.1. Em atendimento ao que preconiza o Decreto Municipal nº 5.853/2023, foram consideradas as seguintes séries de fontes de preços coletadas: Contratações Similares, pesquisadas através do Portal Nacional de Compras Públicas, do Portal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e do Portal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com posterior busca direta nos portais dos Municípios encontrados; e, Contratação anterior desta municipalidade.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.4. Estimativas por secretaria:

	1	2	3	4	5	6	
SECRETARIA	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL	MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL	MATERIAIS HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS	ESQUADRIAS, VIDROS E ACESSÓRIOS	MADEIRAS EM GERAL	FERRAMENTAS MANUAIS E EQUIP. DE PEQUENO PORTE	TOTAL
ORDEM PÚBLICA	R\$ 150.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 450.000,00
SEPLAN	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 80.000,00
ADMINISTRAÇÃO	R\$ 20.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 100.000,00
ASS. SOCIAL	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 50.000,00
BOMBEIRO	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 80.000,00
DESENV	R\$ 18.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 4.000,00	R\$ 50.000,00

EDUCAÇÃO	R\$1.032.000,00	R\$ 258.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 310.200,00	R\$ 126.000,00	R\$1.978.200,00
ESPORTE	R\$ 100.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ -	R\$ 50.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 250.000,00
MEIO AMBIENTE	R\$ -	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$10.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 120.000,00
AGRI PESCA	R\$ 300.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 800.000,00
INFRA	R\$ 400.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 750.000,00
GABINETE	R\$ 20.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 100.000,00
TURISMO	R\$ -	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 840.000,00
SAÚDE	R\$ 150.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 300.000,00
	R\$2.235.000,00	R\$ 657.000,00	R\$ 428.000,00	R\$ 475.500,00	R\$1.634.700,00	R\$ 518.000,00	R\$5.948.200,00

1.5. PRAZO DE VIGÊNCIA:

1.5.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, os quantitativos fixados na licitação ou no instrumento de contratação direta serão renovados para o novo período de vigência.

1.5.2.1. esta poderá ser mantida nas mesmas condições inicialmente pactuadas, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' e 'c' da Lei nº 14.133/2021):

As edificações pertencentes ao Poder Público Municipal sofrem constantemente com desgastes devido as ações climáticas, o município é localizado em região litorânea, o que aumenta o desgaste devido à alta taxa de salinidade no ar, além disso, deve ser levado em consideração o tempo de construção de cada edificação, o que causa um desgaste natural devido ao tempo de uso elevado.

Sendo assim, as instalações prediais de todas as unidades da Administração necessitam de manutenção constante, tendo em vista sua utilização final, de modo a garantir que os serviços municipais sejam prestados sem interrupções e com segurança, tanto para os munícipes, como para os servidores.

Deste modo, a aquisição de materiais de construção em geral, bem como materiais granulares, elétricos, hidráulicos/sanitários, esquadrias vidros/acessórios, ferramentas manuais, equipamentos de pequeno porte e madeiras em geral, se faz necessária, visando a manutenção e conservação as edificações municipais, proporcionando condições adequadas e indispensáveis para a realização de suas atividades.

2.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021):

A presente contratação tem por objetivo a aquisição, sob demanda, de materiais de construção em geral, materiais granulares, materiais elétricos, hidráulicos/sanitários, esquadrias, vidros e acessórios, ferramentas manuais, equipamentos de pequeno porte e madeiras em geral, visando atender às necessidades contínuas de manutenção, conservação, ampliação, reparos, adequações e execução de serviços realizados pela Administração Municipal em prédios públicos, vias públicas, praças, espaços comunitários, unidades administrativas e demais estruturas pertencentes ao patrimônio público.

A solução contempla o fornecimento parcelado dos materiais, conforme necessidade da Administração, permitindo maior eficiência logística, redução de desperdícios, manutenção do estoque mínimo operacional e atendimento tempestivo das demandas das Secretarias Municipais. A contratação busca assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente aqueles relacionados à manutenção predial, infraestrutura urbana, obras públicas, instalações elétricas e hidráulicas, reparos emergenciais e pequenas intervenções executadas por equipes próprias do Município.

Os materiais deverão atender às especificações técnicas, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, normas regulamentadoras aplicáveis e padrões mínimos de qualidade e desempenho exigidos pela legislação vigente, garantindo segurança, durabilidade, funcionalidade e economicidade na aplicação dos produtos adquiridos.

A solução adotada mostra-se a mais adequada sob os aspectos técnico e operacional, considerando a necessidade contínua e imprevisível de utilização dos materiais, a diversidade de itens necessários ao atendimento das demandas municipais e a inviabilidade de manutenção de estoques elevados pela Administração. Assim, a contratação possibilitará maior agilidade no atendimento das demandas operacionais, otimização dos recursos públicos e manutenção adequada das estruturas públicas municipais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21:

3.1. O fornecedor deverá estar legalmente estabelecido, ter registro de atuação na área relacionada ao objeto desejado e atender todas as normas previstas no edital e seus anexos, dentre elas:

3.3.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

3.3.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.3.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.3.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.3.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.3.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

3.3.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.3.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

3.3.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.3.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

3.3.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

3.3.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

3.3.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.3.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

3.3.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

3.3.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

3.3.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

3.3.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

3.3.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.4. São obrigações do Contratante:

3.4.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

3.4.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.4.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

3.4.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.4.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

3.4.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

3.4.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.4.8. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.4.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

3.4.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.4.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021):

4.1. O objeto deverá ser entregue parceladamente, em até 7 (sete) dias corridos, contados do recebimento da solicitação, mediante requisição da Administração, através da emissão respectiva nota de empenho do material requisitado.

4.1.1. Os materiais deverão ser entregues nos locais previamente indicados pela Administração, no momento da solicitação;

4.2. Para os materiais que possuam prazo de validade, este não poderá ser inferior a 30 dias, ou a um terço do prazo total recomendado pelo fabricante, contando da data da entrega.

4.3. O objeto será recebido provisoriamente, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21):

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.2. A validade da Ata de Registro de Preços (descontos) será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

5.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.3.2. A fiscalização técnica do contrato decorrente da contratação será executada pelos servidores: Coordenador de Compras e Almoxarifado da Secretaria de Administração, Sr. **Clóvis Sidnei Fávero**, matrícula nº 1219421;

Diretor do Departamento de Agricultura, da Secretaria de Agricultura, Sr. **Jacir José da Silva**, matrícula nº 631566;

Agente Administrativo da Secretaria de Assistência Social, Sr. **Kevin Rabel Marques**, matrícula nº 11787600;

Coordenador do Mercado da Maria, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico, Sr. **Kevin Martins de Castro**, matrícula nº 11781211;

Coordenador de manutenção de prédios públicos da Secretaria de Educação, Sr. **Luiz Antônio Soares de Lima**, matrícula nº **12026620**;

Coordenador de manutenção e funcionamento dos equipamentos desportivos, da Secretaria de Esporte, Sr. **Paulo Sérgio Pereira**, matrícula nº 125951202;

Da Secretaria de Infraestrutura, Sr. **Vilson Vanderline**, matrícula nº 2399;

Diretora de Gestão Ambiental, da Secretaria de Meio Ambiente, Sra. **Andressa Nuss**, matrícula nº 11246;

Diretor de Ordem Pública, da Secretaria de Ordem Pública, Sr. **Marcondes Rai Novack**, matrícula nº 1195359-02;

Assessor de Urbanismo da Secretaria de Planejamento Urbano, Sr. **Anibal Nisgoski**, matrícula nº 11883227;

Técnico em Radiologia II, da Secretaria de Saúde, Sr. **Antônio Paulo Tercziany**, matrícula nº 622001;

Coordenador de Turismo, da Secretaria de Turismo, Sr. **Leonardo Moratelli Araújo**, matrícula nº 1202663802;

Coordenador de Prevenção à Ocupação Irregular de Solo Urbano, Sr. **Jefferson Gonçalo do Nascimento**, matrícula nº 12548-02.

3º Sargento Bombeiro Militar, Sr. **Alamir Andruchechen**, matrícula nº 927780-3;

Agente de Policial Civil, Sra. **Marcela Campos Rastelli**, matrícula nº 992491-4; Cabo PM, Auxiliar Setor de Logística, Sra. **Danieli Cristina Soares**, matrícula nº 933363-0; todos cientificados através de e-mail, designados mediante autorização da autoridade máxima do órgão.

5.3.3. A fiscalização administrativa da contratação será executada pelas secretarias requisitantes, através dos gestores que subscrevem o presente Termo de Referência.

5.3.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

5.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021):

6.1. O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

6.2. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

6.3. O método de avaliação e conformidade dos serviços prestados, deverão observar o cumprimento:

- a) das especificações para os itens conforme item 3 desse Termo de Referência;
- b) dos prazos e local de entrega prevista no item 4 desse Termo de Referência;
- c) das obrigações conforme disposto na Ata de Registro de Preço e do instrumento contratual.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021):

7.1. Elencamos como critério de aceitabilidade o maior desconto por item, observada a margem de preferência legais.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021):

8.1. A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Prog	Proj/Ativ	FR	Subelemento
Gabinete do Prefeito	831	3	1	4	122	2	2004	150070000000	333903024
Gabinete do Prefeito	832	3	1	4	122	2	2004	150070000000	444903024
Sec. de Administração	859	5	1	4	122	3	2015	150070000000	333903024
Sec. de Agricultura e Pesca	940	9	1	20	608	12	2038	150070000000	333903024
Sec. de Agricultura e Pesca	1085	21	1	20	608	12	2047	150070000000	333903024
Fundo Ass. social	784	15	1	8	243	27	2305	150070000000	333903024
Fundo Ass. Social	789	15	1	8	244	5	2122	150070000000	333903024
Sec. de Des. Social e Econômico	880	7	1	11	334	18	2353	150070000000	333903024
Sec. de Esporte e Lazer	906	8	1	27	812	16	2030	150070000000	333903024
Sec. de Esporte e Lazer	927	8	3	27	812	16	2343	150070000000	344903024
Sec. de Esporte e Lazer	929	8	3	27	812	16	2370	150070000000	344903024
Sec. de Meio Ambiente	1059	20	1	18	541	7	1143	150070000000	344903024
Sec. De Meio Ambiente	1061	20	1	18	541	7	1284	150070000000	444903024
Sec. De Meio Ambiente	1062	20	1	18	541	7	1307	150070000000	333903024
Sec. De Meio Ambiente	1063	20	1	18	541	7	2056	150070000000	333903024
Sec. De Meio Ambiente	1066	20	1	18	541	7	2060	150070000000	333903024

Sec. De Meio Ambiente	1067	20	1	18	541	7	2060	150070000000	444903024
Sec. De Meio Ambiente	1068	20	1	18	541	7	2249	150070000000	333903024
Sec. De Meio Ambiente	1070	20	1	18	541	7	2288	150170003100	333903024
Sec. De Meio Ambiente	1071	20	1	18	541	7	2288	150170003100	444903024
Sec. De Meio Ambiente	1194	20	1	18	541	7	2288	250170003100	333903024
Sec. De Meio Ambiente	1072	20	1	18	541	7	2296	150070000000	333903024
Sec. De Meio Ambiente	1192	20	1	18	541	7	2288	275970003100	333903024
Sec. De Meio Ambiente	1125	20	1	18	541	7	2419	150070000000	333903024
Sec. de Infraestrutura	1014	11	1	15	451	9	2074	150070000000	333903024
Sec. de Infraestrutura	1026	11	2	15	452	9	2078	150070000000	333903024
Sec. de Seg. Pública Municipal e Trânsito	1109	23	2	6	181	24	2361	150070000000	333903024
Sec. de Planej. e Urbanismo	868	6	1	4	451	4	2020	150070000000	333903024
Sec. Turismo e Cultura	973	10	1	23	695	6	2051	150070000000	333903024
Sec. Turismo e Cultura	971	10	1	23	695	6	1233	150070000000	333903024
Sec. Turismo e Cultura	984	10	3	13	392	8	2067	150070000000	333903024
Sec. Turismo e Cultura	986	10	3	13	392	8	2069	150070000000	333903024
Sec. Turismo e Cultura	998	10	4	13	813	8	2338	150070000000	333903024
Funrebom	565	17	1	6	182	15	2139	150070000000	333903024
Funrebom	566	17	1	6	182	15	2139	150174002500	333903024
Fundo de Educação	677	13	1	12	361	21	2090	150010010000	333903024
Fundo de Educação	677	13	1	13	361	21	2090	150010010000	333903025
Fundo de Educação	689	13	1	13	361	21	2095	150010010100	333903024
Fundo de Educação	689	13	1	13	361	21	2095	150010010100	333903025
Fundo de Educação	701	13	1	13	361	21	2393	150010010100	333903024
Fundo de Educação	701	13	1	13	361	21	2393	150010010100	333903025
Fundo de Educação	706	13	2	12	365	21	2098	150010010200	333903024
Fundo de Educação	706	13	2	12	365	21	2098	150010010200	333903025
Fundo de Educação	707	13	2	12	365	21	2098	150010010500	333903024
Fundo de	707	13	2	12	365	21	2098	150010010500	333903025

Educação									
Fundo de Educação	678	13	1	12	361	21	2090	150010010000	333905238
Fundo de Educação	691	13	1	12	361	21	2095	150010010100	333905238
Fundo de Educação	702	13	1	12	361	21	2393	150010010000	333905238
Fundo de Educação	709	13	2	12	365	21	2098	150010010200	333905238
Fundo de Educação	710	13	2	12	365	21	2098	150010010500	333905238
Fundo de Saúde	761	14	1	10	302	13	2315	150010020000	333903051
Fundo de Saúde	750	14	1	10	301	13	2113	162170000100	333903051
Fundo de Saúde	1222	14	1	10	304	13	2323	250170000200	333903051

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8.3. Conforme previsto no § 3º do art. 14 do Decreto Municipal nº 5.853/2023 não há previsão de utilização de recursos da união.

Itapoá, 30 de abril de 2026.

RICARDO LASTRA

Gerente de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado

RAFAEL EDUARDO DE OLIVEIRA

Secretário de Administração

JAQUELINE DE FATIMA CORDEIRO

Chefe de Gabinete, do Gabinete Geral

FELIPE SANTOS

Secretário de Desenvolvimento
Social e Econômico

ALESSANDRO

ANDRESSA DAMBRÓS

Secretária de Educação

FERNANDO DOS SANTOS SILVA

Secretário de Esporte e Lazer

DIOGO EDURADO DE LATORRE GONÇALVES

Secretária(o) de Infraestrutura

RAFAEL BRITO SILVEIRA

Secretária(o) de Meio Ambiente

ALEXANDRE LUIS CONSTANCIO

Secretária(o) de Planejamento Urbano

CRISTIAN ÂNGELO GRASSI

Secretário da Saúde

JOSÉ ANTONIO STOKLOSA

Secretário de Ordem Pública e
Trânsito

THIAGO MARCEL BARBOSA SIMÕES

Secretário de Turismo e Cultura



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

Continuação assinaturas Termo de Referência pag. 9/9.

**JACQUELINE MARIA
RICARDO**

Secretária da Pesca

JOAREZ ANTONIO SANTIN

Secretário de Agricultura

FÁBIO TRISTÃO PIETRÂNGELO

Secretária(o) de Assistência Social

**MARIA ADRIANA PEREIRA DE
SOUZA**

Procuradora do Município